

AVISO DE RETIFICAÇÃO

Em nosso Balanço Patrimonial 2014/2013, publicado no Jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 26/02/2015, retificamos parte das Notas Explicativas 10 e 15, conforme segue:

10. Créditos tributários e previdenciários

Tributos a Compensar	31/12/2014	31/12/2013
Cofins a compensar	294	2.246
Pis a compensar	47	369
IOF a compensar	2.744	2.334
Subtotal	3.085	4.949

Créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa

	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda diferidas temporárias	4.817	6.415
Imposto de renda diferido - prejuízo fiscal 2014	21.291	2.781
Imposto de renda diferido - prejuízo fiscal 2013	998	-
Imposto de renda diferido - TVM	-	15
Contribuição social diferida - temporárias	2.890	4.047
Contribuição social diferida - prejuízo fiscal 2014	12.869	1.576
Contribuição social diferida - 2013	797	-
Contribuição social diferida - 2014	-	-
Contribuição social diferida - TVM	-	9
Subtotal	43.662	14.843
Total	46.747	19.792

Composição da origem dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa

	31/12/2014			31/12/2013		
	Base de Cálculo	IRPJ - 25%	CSLL - 15%	Base de Cálculo	IRPJ - 25%	CSLL - 15%
Provisão PLR/bônus empregados	4.752	1.188	713	5.967	1.492	895
Provisão despesa de comercialização	4.970	1.242	746	5.138	1.285	771
Provisão devedores duvidosos	3.957	989	594	3.134	783	470
Provisão para indenizações trabalhistas	1.102	275	165	2.979	745	447
Outras provisões	4.487	1.123	672	4.441	1.110	666
Prejuízo Fiscal IRPJ	85.279	21.291	-	4.002	1.000	-
Prejuízo Fiscal de CSLL	87.164	-	12.869	5.321	-	798
Total constituído IRPJ	104.547	26.108	-	25.661	6.415	-
Total constituído CSLL	106.432	-	15.759	26.980	-	4.047

O imposto de renda e a contribuição social a compensar são decorrentes de antecipação de IR e CS e retenções de órgãos públicos, sendo que a sua expectativa de realização é substancialmente de 12 meses.

Os créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias originam-se, substancialmente, da constituição de provisões judiciais, centrais de negócios, distribuições de lucros com centrais de negócios e corretores. Exceto para os casos judiciais onde os prazos não são previsíveis, para as demais diferenças temporais o crédito tributário tem previsão de realização de até 12 meses.

A movimentação dos créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias estão assim demonstradas:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	10.486
(+) Constituição	17.773
(-) Realização	(18.757)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.502

Abaixo demonstramos o imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o saldo dos ajustes de títulos e valores a mercado:

Base	31/12/2014	31/12/2013
Ajuste de títulos e valores a mercado	(70)	(59)
Imposto de renda (25%)	(17)	(15)
Contribuição social (15%)	(10)	(9)

Em 31 de dezembro de 2014, a Seguradora apresentou prejuízo fiscal no montante de R\$ 81.286 (R\$ 3.992 em 31 de dezembro de 2013), a base negativa da contribuição social no montante de R\$ 81.852 (R\$ 5.312 em 31 de dezembro de 2013) a serem compensados com a geração de lucros tributáveis futuros.

A legislação permite que prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social apurados em qualquer exercício, a partir de janeiro de 1996, sejam compensados com lucros tributáveis futuros limitados a 30% do lucro tributável apurado em cada ano. Para prejuízos fiscais e base negativas da contribuição social apurados em qualquer exercício, a partir de janeiro de 1996, não há prazo prescricional.

Demonstração dos créditos tributários:

	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo Fiscal	81.286	3.992
Base Negativa da CSLL	81.852	5.312
Adições Temporárias	19.268	21.660

Apresentamos abaixo a estimativa de realização dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e de bases negativas da contribuição social:

Anos	2015	2016	2017
% de utilização dos créditos	30	35	35

15. Provisões Judiciais e Administrativas

Sinistros: A Companhia possui 2.673 processos judiciais pendentes referentes a sinistros, dos quais 802 tratam-se de ações diretas de segurados ou terceiros, ou seja, não houve regulação administrativa, pois os segurados ou terceiros não avisaram administrativamente o sinistro para a Cia. e ajuizaram ação sem que houvesse a análise da cobertura do evento.

Ademais, destes 2.673 processos judiciais pendentes, sendo 771 inativos, tratam-se de sinistros que encontram-se, ou encerrados judicialmente, permanecendo pendente em nossos sistemas tão somente para quitação de despesas finais do processo ou estão em fase de encerramento final, portanto, efetivamente, o estoque de sinistros com ações judiciais totaliza 1.902 casos.

As demais informações permanecem inalteradas.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2015

A Diretoria

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2014 e informamos:

CONTEXTO INSTITUCIONAL:

A Chubb do Brasil, fundada em 1845, é hoje a empresa de seguros mais antiga em operação no Brasil e uma das mais antigas no continente americano. A Chubb do Brasil é uma subsidiária da americana The Chubb Corporation, fundada em 1882, e que hoje está entre as maiores empresas de seguros dos Estados Unidos e do mundo, com 120 escritórios e operações em 26 países, com prêmios retidos até Dezembro de 2014 de US\$ 12,6 bilhões e um lucro líquido de US\$ 2,1 bilhões e emergiu como líder na indústria de seguros não baseada em tamanho e pela longevidade e sim construindo relacionamentos sólidos com clientes, agentes e corretores. Os resultados muito positivos do ano continuam a demonstrar a habilidade de gerar resultados excelentes refletindo uma forte disciplina de subscrição, superior qualidade de serviços e fortaleza financeira. A The Chubb Corporation recebeu as classificações A+ pela Standard & Poor's e pela Fitch Ratings, e A2 pela Moody's e as Companhias de Seguros do Grupo Chubb receberam as classificações A++ da AM Best, AA pela Standard & Poor's e Fitch Ratings e Aa2 pela Moody's.

A Chubb do Brasil é uma das maiores operações da The Chubb Corporation fora dos Estados Unidos e a maior da América Latina. Ela comercializa seguros de linhas comerciais e pessoais bem como coberturas de seguros de vida em grupo e acidentes pessoais para empresas de médio porte e indivíduos de alto poder aquisitivo.

A Moody's reafirmou à operação brasileira as classificações de força financeira de seguradoras Aaa.br, na escala nacional brasileira, e Baa1, na escala global moeda local. De acordo com a Moody's, estas classificações refletem a favorável diversificação de produtos, a sólida capitalização, a eficiência de distribuição e a utilização de múltiplos canais pela Chubb do Brasil. E reafirmou que a capacidade operacional da Companhia é sustentada por sua forte infraestrutura local, e por sua expertise de subscrição e foco na rentabilidade como parte do globalizado Grupo Chubb de companhias seguradoras, que subscreve seguros pessoais, comerciais e especiais mundialmente.

RESULTADOS DO PERÍODO:

A respeito do resultado acumulado em dezembro de 2014 da Chubb do Brasil informamos que o resultado líquido foi de perda de R\$ 28,4 milhões, impactado pela forte sinistralidade no período no transporte, vida em grupo e automóvel e a descontinuidade de negócios não lucrativos. Além de um realinhamento de procedimentos de constituição de reservas de sinistros, principalmente judiciais, no segundo semestre com o objetivo de evitar progressivas constituições de IBNER futuras. Os prêmios ganhos líquidos de resseguro cresceram 0,4 % no período indicando uma forte disciplina de subscrição e foco da administração na otimização dos seus processos.

O índice de sinistralidade líquido de resseguro para o semestre foi de 60,3%, apresentando-se maior do que o mesmo período de 2013 de 52,8%. Vários negócios foram revistos ou mesmo foram descontinuados com o foco na rentabilidade e uma visão de longo prazo para a sustentabilidade da empresa. Especificamente, o ramo Auto teve uma diversificação de carteira e apresentou alguns segmentos com sinistralidade maior. Diversos ajustes de taxa/preço foram efetuados de forma seletiva que irão refletir positivamente no próximo ano. Nos ramos Transporte e Vida em Grupo, foi feito um realinhamento de preços e analisou-se mais profundamente a escolha de alguns riscos. A Companhia acredita que no geral todos os ajustes de subscrição foram efetuados buscando o retorno à lucratividade.

As despesas administrativas sobre os prêmios ganhos líquidos de resseguro aumentaram apenas 1.2 pontos percentuais (de 13,8% para 15,0%) indicando o forte foco no ganho de produtividade e o constante monitoramento de suas despesas apesar do investimento da Companhia em aprimorar os seus processos.

Ao longo de 2015 a Companhia continuará priorizando a inovação de produtos, treinamento focado na qualidade de serviços e aumentando os investimentos em tecnologia para reduzir custos e agilizar processos. O crescimento continuará sendo direcionado pelo retorno de resultado atraindo novos negócios rentáveis e reduzindo contas de baixa performance, como foco na melhora contínua de sua lucratividade.

O resultado financeiro do ano de 2014 foi de R\$ 58.3 milhões positivos (27,9% maior que o ano de 2013) refletindo a consistente política de investimentos onde a Companhia tem investido em títulos públicos em reais. A Chubb classificou o seu portfólio de investimentos segundo os critérios estabelecidos pela Susep e não apresentou em 31/12/2014 títulos classificados como mantidos até o vencimento.

O Patrimônio líquido atingiu R\$ 367,9 milhões em Dezembro de 2014 e Ativo total de R\$ 1,3 bilhões.

Na avaliação final, a Chubb conta com uma carteira diversificada, com um crescimento sustentado ao longo dos últimos anos, mantendo uma disciplina de subscrição e controle de despesas, e destacando-se positivamente nas operações da Corporação na América Latina. A Chubb do Brasil continuará contribuindo na construção de valores da empresa no Brasil, com especialização, foco e solidez, e um investimento contínuo para prover os melhores serviços de sinistros aos nossos clientes e corretores.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO DE LUCROS:

Devido à positiva tendência de crescimento do mercado segurador brasileiro comparativamente a outros mercados, a The Chubb Corporation tem reafirmado seu compromisso de investimento no país. E com isso, tem reinvestido seus lucros da operação do Brasil com aumento de capital.

OPERAÇÕES DE RESSEGURO MERCADO ABERTO:

Ao final de 2008, com a abertura do mercado de resseguros no Brasil, o grupo Chubb abriu uma resseguradora admitida no país, a Federal Insurance. Desde 2009, esta resseguradora admitida, respeitando as regras estabelecidas por lei com relação ao direito de preferência, opera como resseguradora cativa dos negócios da Chubb Seguros.

AÇÕES CORPORATIVAS:

A Chubb do Brasil busca parcerias e relacionamentos duradouros além de melhores produtos e serviços.

Com esta visão, em fevereiro de 2014, a empresa reuniu representantes de suas Centrais de Negócios em um evento para alinhar, junto aos executivos e parceiros da seguradora, o plano estratégico da Chubb do Brasil para os próximos anos além de dividir experiências vividas nas centrais em diferentes partes do país, buscando o aprimoramento das relações entre corretores e o cliente final.

Com o foco na excelência de subscrição, criou um programa de treinamento para corretores a nível nacional com participação de executivos da empresa brasileira e do exterior, a Escola de negócios. Treinamentos de Responsabilidade Civil, Entretenimento, Linhas Financeiras, Seguros de Pessoas e Massificados ocorreram durante o exercício.

EXPANSÃO:

Como parte da estratégia de expansão de negócios, a seguradora abriu escritórios de vendas em Salvador, Florianópolis e Campinas. O objetivo foi uma maior aproximação dos parceiros locais que representam a empresa.

INFRAESTRUTURA:

Em 2014, a Chubb vem continuando a política de investimento em sua infraestrutura de sistemas e processos, buscando obtenção de ganho de produtividade e eficiência, possibilitando o crescimento sustentado da Companhia, principalmente com foco na melhoria constante das ferramentas utilizadas pelos nossos parceiros de negócios e corretores de seguros.

GOVERNANÇA CORPORATIVA:

O bom desempenho da Companhia vem sendo acompanhado também pela melhoria constante do processo operacional e a atenção da administração no desenvolvimento dos controles internos e às melhores práticas de governança corporativa. Um Comitê com executivos da Companhia vem acompanhando o desenvolvimento destes trabalhos. Solidez financeira, transparência e liderança moderna são alguns dos pilares da gestão da Companhia.

170 ANOS:

A Chubb do Brasil iniciou o ano de comemorações de seus 170 anos, e o slogan comemorativo é "Honrar o passado é tradição, melhorar o presente é competência e antecipar o futuro é inovação" e se baseia nos seguintes pontos:

Tradição: A Chubb é uma companhia reconhecida mundialmente por seu excelente serviço em sinistros e por oferecer produtos que atendem às mais altas exigências, tanto técnicas quanto dos clientes mais sofisticados.

Competência: Alinhamento estratégico junto aos parceiros de negócios com o objetivo de trabalharmos juntos para o atingimento das metas focando numa maior produtividade e consequentemente no melhor resultado das operações. Foco constante na melhoria da qualidade do atendimento ao cliente final.

Inovação: Para manter a competitividade no mercado, é necessário buscar mecanismos que diferenciem os produtos e serviços em relação à concorrência. Essa diferenciação terá sempre um caráter de inovação, pois irá buscar fazer melhor ou fazer algo que a concorrência não faz. É necessário estar atento ao mercado para identificar oportunidades, discutí-las, e criar soluções e opções tanto de melhoria de qualidade quanto de novos produtos. Nossos corretores são essenciais para este objetivo.

Esses são os conceitos que iremos trabalhar fortemente em 2015.

Agradecemos a confiança e apoio recebido dos clientes, corretores, órgãos oficiais e funcionários que contribuíram para o alcance de nossos objetivos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015

HONRAR O PASSADO É TRADIÇÃO.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	31/12/2014	31/12/2013
Ativo			
Circulante		1.026.255	981.544
Disponível		5.705	4.940
Caixa e bancos	4,5	5.705	4.940
Aplicações	4,6	596.893	550.709
Créditos das operações com seguros e resseguros		236.163	235.508
Prêmios a receber	4,7	222.392	224.535
Operações com seguradoras	4	9.598	8.506
Operações com resseguradoras	4	4.173	2.467
Outros créditos operacionais		51.214	38.580
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	4,13	33.655	49.799
Títulos e créditos a receber		12.383	12.344
Títulos e créditos a receber		269	142
Créditos tributários e previdenciários	10	8.283	9.306
Outros créditos		3.831	2.896
Outros valores e bens	8	17.293	14.626
Bens a venda		17.293	14.626
Despesas antecipadas	16	19.704	19.604
Custos de aquisição diferidos	9	53.245	55.434
Seguros		53.245	55.434
Não circulante		230.547	216.880
Realizável a longo prazo		209.593	195.490
Aplicações	4,6	134.803	153.011
Créditos das operações com seguros e resseguros		7.614	-
Prêmios a receber	4,7	7.614	-
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	4,13	14.997	17.102
Títulos e créditos a receber		47.656	19.628
Títulos e créditos a receber		-	353
Créditos tributários e previdenciários	10	38.464	10.486
Depósitos judiciais e fiscais	15	9.192	8.789
Empréstimos e depósitos compulsórios		-	169
Custos de aquisição diferidos	9	4.523	5.580
Seguros		4.523	5.580
Investimentos		-	42
Outros investimentos		-	42
Imobilizado	11	4.149	5.482
Bens móveis		3.024	3.807
Outras imobilizações		1.125	1.675
Intangível	12,16	16.805	15.866
Outros intangíveis		16.805	15.866
Total do ativo		1.256.802	1.198.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Notas explicativas	31/12/2014	31/12/2013
Resultado			
(+) Prêmios emitidos		904.295	882.505
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(23.976)	(16)
(=) Prêmios ganhos	17	880.319	882.489
(+) Receita com emissão de apólices		3.904	3.244
(-) Sinistros ocorridos	18 a	(513.549)	(469.120)
(-) Custos de aquisição	18 b	(181.054)	(178.379)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	18 c	(119.526)	(115.079)
(-) Resultado com resseguro		(31.426)	(16.654)
(+) Receita com resseguro		6.503	28.015
(-) Despesa com resseguro		(37.929)	(44.669)
(-) Despesas administrativas	18 d	(126.261)	(115.649)
(-) Despesas com tributos	18 e	(31.025)	(26.529)
(+) Resultado financeiro	18 f	58.292	45.585
(=) Resultado operacional		(60.326)	9.908
(-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		-	(46)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		(60.326)	9.862
(-) Imposto de renda		19.721	2.318
(+) Contribuição social		11.918	1.361
(+/-) Participações sobre o lucro		239	(1.158)
(=) Lucro líquido/(prejuízo) do período		(28.448)	12.383
(/) Quantidade de ações		18.716	17.946
(=) Lucro líquido/(prejuízo) por ação		(1.520)	690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(28.448)	12.383
Outros resultados abrangentes	(2.670)	(11)
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	129	(34)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(51)	23
Benefício Pós-Emprego sobre resultados abrangentes	(2.748)	-
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	(31.118)	12.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de Capital (em aprovação)	Reservas		Ajuste com títulos e valores mobiliários (24)	Ajuste Avaliação Patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
			Reavaliação 22	Lucros Legal Estatutária				
Saldo em 31 de dezembro de 2012	227.880	17.736						393.064
Aumento de capital								
Portaria SUSEP nº 5.163 de 19 de fevereiro de 2013	9.119	(9.119)	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital por subscrição realizada (em aprovação)								
AGE de 30 de junho de 2013	-	8.242	-	-	-	-	-	8.242
AGE de 29 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital								
Portaria SUSEP nº 5.486 de 21 de agosto de 2013	8.617	(8.617)	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital								
Portaria SUSEP nº 5.558 de 19 de outubro de 2013	8.242	(8.242)	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital por subscrição realizada (em aprovação)								
AGE de 23 de dezembro de 2013	-	8445	-	-	-	-	-	8.445
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(11)	-	-	(11)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	12.383	12.383
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	619	-	-	(619)	-
Reversão da reserva estatutária	-	-	-	-	(7.868)	-	7.868	-
Juros sobre o capital	-	-	-	-	-	-	(19.632)	(19.632)
Dividendos a pagar prescritos	-	-	-	-	55	-	-	55
Resultado referente à reversão PCP e recálculo de impostos conforme a circular SUSEP 462/2013								
	-	-	-	-	(435)	-	-	(435)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	253.858	8.445	22	15.409	124.413	(35)		402.111
Aumento de capital								
Portaria SUSEP nº 5.796 de 31 de março de 2014	8.445	(8.445)	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital por subscrição realizada (em aprovação)								
AGE de 30 de junho de 2014	-	8.444	-	-	-	-	-	8.444
AGE de 29 de dezembro de 2014	-	8.641	-	-	-	-	-	8.641
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	78	-	78
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(28.448)	(28.448)
Proposta de Absorção de Prejuízo	-	-	-	-	-	-	28.448	-
Juros sobre o capital	-	-	-	-	(20.100)	-	-	(20.100)
Benefício Pós-Emprego	-	-	-	-	-	(2.748)	-	(2.748)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	262.303	17.085	22	15.409	75.865	43	(2.748)	367.979

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013 (Reapresentado)		31/12/2014	31/12/2013 (Reapresentado)
Lucro Líquido/(prejuízo) do Período	(28.448)	12.383	Provisões técnicas - seguros e resseguros	68.784	20.943
Ajustes para:			Provisões judiciais	486	762
Depreciação e amortizações	7.706	6.655	Outros passivos	11.092	10.486
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(821)	37	Imposto sobre o lucro pagos	(3.015)	(2.945)
Perda na alienação de imobilizado e intangível	-	-	Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	8.077	7.541
Baixa de dividendos prescritos	-	-	ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ajuste com Títulos e Valores Mobiliários	78	(11)	Recebimento pela venda:		
Varição nas Contas Patrimoniais			Investimentos	-	-
Ativos financeiros	(27.976)	(12.533)	Imobilizado	-	93
Créditos das operações de seguros e resseguros	(18.148)	(12.659)	Intangível	-	36
Ativos de resseguro	16.543	(2.192)	Pagamento pela Compra:		
Créditos fiscais e previdenciários	(26.955)	1.226	Imobilizado	(439)	(1.089)
Depósitos judiciais e fiscais	(403)	3.547	Intangível	(6.873)	(8.228)
Despesas antecipadas	(100)	1.327	Caixa Líquido Consumido nas atividades de Investimento	(7.312)	(9.188)
Custo de aquisição diferidos	3.246	(140)	Aumento/Redução Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	765	(1.647)
Outros ativos	(3.602)	(3.534)	Caixas Equivalentes de Caixa		
Impostos e contribuições	152	(9.736)	No início do período	4.940	6.587
Outras contas a pagar	1.489	6.646	No final do período	5.705	4.940
Débitos de operações com seguros e resseguros	18.340	(1.607)	Aumento/Redução Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	765	(1.647)
Depósitos de Terceiros	721	(628)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Chubb do Brasil Companhia de Seguros (doravante "Companhia") foi constituída em 1845, como uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, inicialmente denominada Argos Fluminense, com sede social e escritório principal localizados na Avenida Maria Coelho de Aguiar, nº 215, no Bloco F, no 4º andar, em São Paulo - SP, e tem como objeto principal a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e pessoas em todo o território nacional, conforme definido na legislação em vigor.

A Companhia é hoje a seguradora mais antiga em operação no Brasil e uma das mais antigas no continente americano. A Chubb do Brasil Companhia de Seguros é uma subsidiária da empresa americana The Chubb Corporation, fundada em 1882, e que hoje está entre as maiores empresas de seguros dos Estados Unidos e do mundo, com operações em 26 países.

A Chubb do Brasil está sob controle de 99,98% da DHC Corporation, e a mesma sob controle de 100% da Chubb Atlantic Indemnity que, em última instância, está sob controle da The Chubb Corporation com sede em Nova Jérsei, EUA.

As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram aprovadas em 24 de fevereiro de 2015.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

Em 6 de janeiro de 2014, foi emitida a Circular SUSEP nº 483 que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2014. Essa Circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga a Circular SUSEP nº 464/13.

Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 483/14, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP".

Conforme anexo III da Circular SUSEP nº 483/201, a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) está sendo divulgada pelo método indireto.

A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em ativo ou passivo circulante quando estes atendem as seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia (12 meses);
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

b) Continuidade

A administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

c) Base de mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em reais (R\$), arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou aos seus contratos de seguro as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais.

Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

e) Uso de estimativas, julgamentos e as principais premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3 I - Contratos de seguros;
- Nota 6 - Aplicações financeiras;
- Nota 7 - Prêmios a receber (provisão de risco de crédito);
- Nota 9 - Custos de Aquisição Diferidos;
- Nota 13 - Provisões técnicas; e
- Nota 15 - Provisões judiciais e administrativas.

Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente onde a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros da Companhia. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e dos atuarias para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia possui processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas nas respectivas áreas, evolução dos processos, jurisprudência e instância de julgamento de cada caso específico.

Adicionalmente, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos e informações históricas de perdas aplicados para a constituição destas provisões segundo o CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. Se houver ajustes, estes são efetuados semestralmente.

Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

f) Comparabilidade

As demonstrações financeiras são apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do "CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis", e da Circular SUSEP nº 483, de 6 de janeiro de 2014. Efetuamos a comparabilidade das contas patrimoniais, de resultado e demais apresentações com o saldo do período findo imediatamente precedente, ou seja, 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia optou em apresentar a DFC pelo método indireto. As demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram reapresentadas pelo método indireto, para fins de comparabilidade.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento na data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Parte das aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado, resgatáveis no prazo de até 90 dias entre a data de aquisição e vencimento, e que não afetam a vinculação com ativos garantidores.

b) Apuração do resultado operacional

Os prêmios de seguros e cosseguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e reconhecidos no resultado de acordo com a emissão do risco.

Os prêmios a receber parceladamente e as respectivas despesas de comercialização são registrados pelo seu valor futuro, deduzidos dos juros a apropriar que são reconhecidos pelo regime de competência como receitas financeiras.

As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são ajustados e revertidos quando da emissão da fatura.

As operações de cosseguro aceito e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e das resseguradoras, respectivamente.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial (NTA).

A "Provisão para riscos de créditos" é o valor calculado pela administração para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos. A provisão é calculada com base em estudo técnico, que considera o histórico de perdas e riscos de inadimplência relativa à prêmios de riscos decorridos vencidos e não pagos.

c) Ativos financeiros

(i) Classificação

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, determinada no reconhecimento inicial. As categorias são as seguintes:

- Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Títulos disponíveis para venda;
- Títulos mantidos até o vencimento; e
- Empréstimos e recebíveis.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento ou que este ativo financeiro tenha vencimento em até 12 meses após a data do balanço.

Os títulos e valores mobiliários, para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos.

Os empréstimos e recebíveis compreendem, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto aos resseguradores e cosseguradoras, que são avaliados periodicamente quanto à sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado" são apresentados no ativo circulante. Os títulos integrantes da categoria "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os títulos classificados na categoria "disponível para venda" são apresentados no ativo circulante e não circulante de acordo com seu vencimento. As aplicações classificadas nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "disponíveis para venda" são ajustadas, na data do balanço, ao seu valor de mercado.

(ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "mensurados ao valor justo por meio do resultado" são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do período. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do exercício quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu valor de aquisição (valor justo), acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculadas com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

d) Redução ao valor recuperável (ativos financeiros)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Os prêmios de seguros também são analisados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada conforme determinado no estudo técnico de inadimplência em atendimento à Circular SUSEP nº 483/2014.

e) Salvados e ressarcimentos

A Companhia detém certos ativos que são mantidos para a venda, oriundos de estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda do ativo e que são considerados necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. A estimativa de salvados será classificada como redutores da provisão de sinistros a liquidar até o sinistro ser totalmente indenizado.

f) Investimentos

Os investimentos são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da provisão para desvalorização.

g) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, móveis e utensílios, benfeitorias em imóveis de terceiros, veículos e equipamentos de uso próprio utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico. O custo anteriormente registrado foi utilizado como custo atribuído na adoção das normas homologadas pelo CPC com isenção opcional permitida pelo CPC 37 para a primeira adoção. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data do balanço. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Companhia e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou 'parte' de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia estão divulgadas na Nota 11. O valor residual dos ativos, a vida útil à eles atribuída e os métodos de depreciação dos ativos são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço.

A administração da Companhia considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis advindas pela Lei nº 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens.

Um ativo imobilizado é baixado por ocasião de sua alienação ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros de seu uso ou alienação. Os ganhos e perdas decorrentes da baixa de um ativo (calculados como a diferença entre o produto líquido da alienação e o valor líquido contábil do ativo) são reconhecidos em "Ganhos ou perdas com ativos não correntes" na demonstração do resultado durante o exercício em que o ativo é baixado.

h) Intangível

O ativo intangível é composto por gastos com desenvolvimento, implantação e aquisição de softwares, que são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados pelo método linear, durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, são reconhecidos como ativos intangíveis quando são atendidos os critérios de reconhecimento definidos no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável.

É reconhecida uma perda por imparidade ("*impairment*") no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, devem ser revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por imparidade.

A administração da Companhia avaliou seus ativos não financeiros e não constatou necessidade de registro de imparidade em 31 de dezembro de 2014.

j) Custos de aquisição diferidos (CAD)

Compreende as comissões relativas à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

A CAD é baixada quando da liquidação ou alienação dos respectivos contratos.

k) Provisões técnicas - seguros e resseguros

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio retido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "*pro rata die*" e atualizada monetariamente, quando aplicável; ela tem o objetivo de reservar a parcela de prêmios emitidos, mas ainda não ganhos referentes aos riscos que ainda irão decorrer, contados a partir da data-base de cálculo.

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) passou a considerar como data-base para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência do risco, seguindo as definições contidas nas Circulares SUSEP 462/2013 e 483/2014.

Conforme Circular 462/2013, a Companhia constituiu os Custos Iniciais de Contratações (CIC), sendo que a base de cálculo da provisão de prêmios não ganhos (PPNG) está líquida destes custos.

A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE), representa o ajuste da PPNG dada a existência de riscos assumidos cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. A metodologia de cálculo aplicada pela seguradora, a qual se encontra descrita em Nota Técnica Atuarial, consiste na aplicação de percentuais médios apurados com base no atraso de emissão verificados no período de 12 (doze) meses, sobre o montante de prêmios dos últimos 12 (doze) meses, ou sobre a PPNG do mês de referência. Destaca-se, ainda, que para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial, a PPNG-RVNE é obtida pela aplicação dos percentuais determinados pela Circular SUSEP nº 485/2014.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é realizada com base nas notificações de sinistros, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros.

A provisão de sinistros a liquidar administrativa é destinada à cobertura dos valores a pagar dos sinistros ocorridos e avisados até a data-base das demonstrações financeiras, sendo constituída com base nas notificações de sinistros, caso a caso.

A provisão de sinistros a liquidar judicial é reavaliada periodicamente e contabilizada com base na opinião do departamento jurídico sobre o provável resultado dos processos judiciais, e ainda em fatores obtidos a partir do histórico da Companhia, calculados levando em consideração a probabilidade de perda do processo, o desembolso financeiro esperado e a natureza do processo judicial.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) foi constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros.

Também é constituída provisão para cobrir os encargos futuros com a Companhia Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., na conta provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, com base em informes emitidos pela administração do convênio.

A provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é calculada conforme estudos técnicos atuariais, efetuados por atuariário externo, com base no histórico de sinistros avisados até a data das demonstrações financeiras.

Desde 2010, a Companhia vem complementando a provisão de sinistros a liquidar (PSL), que passou a ser registrada com base em cálculos estatístico-atuariais para equacionar o déficit técnico da mesma. O procedimento foi realizado conforme determinado pela CPC 23 - Práticas Contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e correção de erros, e o valor foi registrado no resultado da Companhia na rubrica "IBNER", conforme demonstrado nas notas 13 e 18.

l) Classificação dos contratos de seguros e de investimento

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro.

Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. A administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento.

m) Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

Conforme Circular SUSEP nº 457, de 14/12/2012, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a Companhia deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro.

Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões.

Nesse caso, a Companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente.

O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a Companhia considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 457, de 14/12/2012, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos e, posteriormente, entre seguros de danos e seguros de pessoas e, por fim, entre prêmios registrados e prêmios futuros, excluindo-se as operações com seguro DPVAT.

Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se a estimativa de prêmios, sinistros e despesas e impostos, mensurados na data-base de dezembro de 2014, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéricos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não-linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas para cada grupo no Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2014 foram, em média, as seguintes:

Seguro de Danos - 53,25%

Seguro de Pessoas - 36,11%

Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Companhia, data-base de dezembro de 2014, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 457/2012.

n) Resseguro

Os contratos de resseguro são classificados como contratos de seguro, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades

da Companhia com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas trimestrais que estão sujeitas a análise pelos resseguradores.

Os ativos de resseguro representam saldos devidos pelas companhias resseguradoras. Os valores a recuperar de resseguradoras são estimados de forma condizente com a provisão para sinistros a liquidar ou sinistros liquidados relativos às políticas da resseguradora, e estão em conformidade com os respectivos contratos de resseguros.

Os passivos de resseguro representam os saldos devidos às resseguradoras. Os valores a pagar são estimados de forma condizente com o respectivo contrato de resseguro.

As comissões a receber sobre contratos de resseguro passivo são diferidas e amortizadas pelo método linear, ao longo do prazo da expectativa dos prêmios a pagar.

Os prêmios e sinistros são apresentados pelo valor bruto, tanto para resseguro cedido como assumido.

Os ativos e passivos de resseguro são baixados quando da extinção ou vencimento dos direitos contratuais ou da transferência do contrato para outra parte.

o) Passivos não financeiros

Compreende substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o grupo "Débitos de operações com seguros e resseguros" que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.

p) Passivo circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases "*pro rata die*") incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas na Circular SUSEP nº 483/14, sendo classificados nas seguintes categorias:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. Os *Sinistros Judiciais* são avaliados em conformidade com a Circular 462/2013, conforme nota explicativa 3-K.

r) Benefícios aos empregados

Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado.

Obrigações por aposentadorias

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso o Banco Santander S.A. e o Banco Itaú S.A.; e para o qual não há obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados aos empregados.

Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

Benefícios pós-emprego

A Companhia possui ainda um programa de benefícios para ex-executivos, que compreende o pagamento de um plano de saúde, seguro de vida vitalício.

Adicionalmente possui benefício de extensão de assistência médica de acordo com a Lei 9.656 para o grupo de funcionários.

Para este plano, a Companhia efetuou estudo técnico atuarial em conjunto com seus atuários externos, que está em conformidade com as regras do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 21 (c).

s) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas nos ativos financeiros.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável no exercício excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes). O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem dedutíveis, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados mensalmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

u) Informações por segmento de negócios

A apresentação por segmentos de negócios (vide nota explicativa nº 17) leva em consideração a estrutura utilizada pela administração na análise de resultado para a tomada das decisões, na composição e apresentação dos segmentos em relatórios internos, com características, riscos e retornos semelhantes entre eles, e a relevância dessas informações.

v) Resultado por ação

O lucro por ação da Companhia, para os exercícios de 2014 e 2013, é calculado pela divisão da quantidade de ações nominativas e sem valor nominal. O cálculo do lucro por ação é demonstrado na tabela apresentada a seguir:

Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	31/12/2014	31/12/2013
	(28.448)	12.383
Quantidade de ações	18.716	17.946
Lucro líquido/(prejuízo) por ação	<u>(1.520)</u>	<u>690</u>

4. Gerenciamento de riscos

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco financeiro;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e redução de cada um dos riscos acima mencionados.

A Companhia dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos que é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações internas. A administração considera essa estrutura compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Companhia.

Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura para gerenciamento de riscos na Companhia é descentralizada e está composta da seguinte forma:

i) Conselho de administração

Supervisiona o gerenciamento de riscos da Companhia, mantendo-se em conformidade com a política de aceitação e exposição a riscos determinada pela matriz nos Estados Unidos e pelo Comitê de Governança Corporativa, Riscos e Compliance.

ii) Comitê de Governança Corporativa, Riscos e Compliance

É composto por executivos da Companhia e é responsável por:

- Estabelecer e divulgar padrões, bem como disseminar a cultura de governança, gerenciamento de riscos e compliance;
- Aprovar as políticas de gerenciamento de riscos;
- Reportar à alta administração e ao Conselho de Administração, na função de supervisão, o tratamento dos riscos relevantes;
- Alinhar a política de aceitação e exposição a riscos com a estratégia da Companhia.

iii) Diretorias

São responsáveis - por meio de monitoramento e cumprimento de políticas internas - por estabelecer controles internos e procedimentos para garantir que os limites ou determinadas exposições aos riscos no dia-a-dia dos negócios não sejam excedidos.

iv) Departamento de controles internos

É responsável por auxiliar as diretorias no processo de gerenciamento de riscos empregando metodologia para a identificação, avaliação e tratamento dos riscos.

v) Auditoria interna

É responsável por avaliar e propor melhorias à estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia de forma independente.

Sistema de controles internos e gerenciamento de riscos

A Companhia integrou os controles internos e o gerenciamento de riscos em seus processos de negócio. A metodologia utilizada pela Companhia para elaboração, implantação e manutenção do sistema de controles internos e gerenciamento de riscos têm levado em consideração a estrutura de trabalho definida pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), que consiste nos seguintes componentes:

Ambiente interno - compreende o ambiente interno da Companhia e fornece a base pela qual os riscos são identificados e abordados pelo seu pessoal, inclusive a filosofia de gerenciamento de riscos, a política de aceitação e exposição a riscos, a integridade e os valores éticos, além do ambiente em que estão.

Fixação de objetivos - os objetivos devem existir antes que a administração possa identificar os eventos em potencial que poderão afetar a sua realização. O gerenciamento de riscos corporativos assegura que a administração disponha de um processo implementado para estabelecer os objetivos que propiciem suporte e estejam alinhados com a missão da Companhia e sejam compatíveis com a sua política de aceitação e exposição a riscos.

Identificação de eventos - os eventos internos e externos que influenciam o cumprimento dos objetivos da Companhia devem ser identificados e classificados entre riscos e oportunidades. Essas oportunidades são canalizadas para os processos de estabelecimento de estratégias da administração ou de seus objetivos.

avaliação de riscos - os riscos são analisados, considerando-se a sua probabilidade e impacto como base para determinar o modo pelo qual deverão ser administrados. Esses riscos são avaliados quanto à sua condição de inerentes e residuais.

Resposta a risco - a administração responde aos riscos desenvolvendo uma série de medidas para alinhar os riscos com a tolerância e com a sua política de aceitação e exposição a riscos.

Atividades de controle - políticas e procedimentos são estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas com eficácia.

Informações e comunicações - as informações relevantes são identificadas, colhidas e comunicadas de forma que permitam que cumpram suas responsabilidades no prazo. A comunicação eficaz também ocorre em um sentido mais amplo, fluindo em todos níveis da Companhia.

Monitoramento - a integridade da gestão de riscos corporativos é monitorada e são feitas as modificações necessárias. O monitoramento é realizado por meio de atividades gerenciais contínuas ou avaliações independentes ou de ambas as formas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

a) Risco de subscrição

A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Esse risco é influenciado pelos seguintes fatores:

- Frequência e severidade dos sinistros;
- Benefícios efetivamente pagos; e
- Histórico dos sinistros de longo prazo.

Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e o provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para si é o risco de que os sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimadas, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros.

Estrutura de avaliação dos riscos de subscrição por ramo

Os setores da Companhia responsáveis pela avaliação do risco de subscrição são: diretoria de patrimônio empresarial, diretoria de patrimônio pessoal, diretoria de seguro de vida e acidentes pessoais, diretoria financeira, diretoria de sinistros, gerência de riscos financeiros e gerências de filiais. Além disso, fazem parte desse processo de avaliação os executivos da Matriz e o atuário externo.

(i) A Diretoria de patrimônio empresarial, a Diretoria de seguro de vida e acidentes pessoais, a Diretoria de patrimônio pessoal e a Superintendência de riscos Financeiros avaliam os riscos inerentes à criação de novos produtos. Acompanham a evolução das carteiras, analisando os índices de crescimento de vendas, sinistralidade e rentabilidade, bem como determinando os limites e os resultados. Administram as atividades da área de subscrição de risco, definindo os aspectos técnicos, operacionais e comerciais. Acompanham o desenvolvimento de novos produtos, apoiando tecnicamente sua formatação e seu desenvolvimento comercial.

(ii) A Diretoria financeira avalia as provisões técnicas em conjunto com o atuário externo.

(iii) As Gerências de filiais decidem sobre a aceitação de riscos e as condições comerciais, em conformidade com os padrões definidos pela Companhia e com as características específicas da região de atuação.

(iv) A Diretoria de sinistros executa a regulação dos sinistros avisados, registra e acompanha as reservas de sinistros, atentando-se para as condições contratadas pelo segurado.

Ferramentas utilizadas para redução do risco

De forma a reduzir a exposição ao risco de subscrição, a Companhia procura a diversificação de sua carteira e da área geográfica em que atua, bem como faz a sua distribuição por múltiplos canais de distribuição. A Companhia também adota uma seleção criteriosa de aceitação de riscos por meio de diretrizes sobre a estratégia de subscrição.

Em adição às ferramentas acima relacionadas, a Companhia realiza operações com resseguradoras como parte do seu programa de redução de riscos. O resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. A maior parte de resseguro proporcional corresponde à cota de resseguro contratada para reduzir a exposição da Companhia a determinadas classes de negócios. O resseguro não proporcional corresponde, basicamente, ao repasse de excedentes para reduzir a exposição líquida da Companhia a danos por catástrofes. Os limites de retenção para o resseguro de excedente variam dependendo da linha de produto e território.

Concentração de riscos

As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos de seguros vendidos por localidade e linha de negócio. Estes relatórios apontam se existem ações corretivas a serem aplicadas em determinada região e/ou linha de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro, baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro.

Nestes quadros não foram considerados os valores de riscos vigentes mas não emitidos (RVNE), custos iniciais de contratação (CIC) e retrocessões aceitas, no montante de R\$ 14.020 (R\$ 12.714 em 30 de junho de 2013).

Distribuição de prêmio bruto de resseguro												
31 de dezembro 2014										31 de dezembro 2013		
Região Geográfica	Automóvel	%	Demais				DPVAT	%	Total	%	Total	%
			Pessoas	%	Ramos	%						
Centro Oeste	23.163	70	1.799	5	1.935	6	6.262	19	33.159	100	29.566	100
Nordeste	-	0	-	0	-	0	11.890	100	11.890	100	8.957	100
Norte	-	0	-	0	-	0	3.757	100	3.757	100	2.677	100
Sudeste	245.490	37	200.132	30	187.363	28	32.371	5	665.356	100	678.417	100
Sul	100.163	62	15.773	10	31.089	14	13.791	9	160.816	100	146.458	100
Total	368.816	42	217.704	25	220.387	24	68.071	10	874.978	100	866.305	100

Distribuição de prêmio líquido de resseguro												
31 de dezembro 2014										31 de dezembro 2013		
Região Geográfica	Automóvel	%	Demais				DPVAT	%	Total	%	Total	%
			Pessoas	%	Ramos	%						
Centro Oeste	23.098	71	1.797	5	1.538	5	6.262	19	32.695	100	29.148	100
Nordeste	-	0	-	0	-	0	11.890	100	11.890	100	8.957	100
Norte	-	0	-	0	-	0	3.757	100	3.757	100	2.677	100
Sudeste	244.351	39	195.946	31	159.557	25	32.371	5	632.225	100	638.381	100
Sul	99.707	63	15.509	10	29.352	19	13.791	9	158.359	100	143.440	100
Total	367.156	44	213.252	28	190.447	23	68.071	8	838.926	100	822.603	100

Distribuição de prêmio líquido de resseguro												
31 de dezembro 2014										31 de dezembro 2013		
Região Geográfica	Automóvel	%	Demais				DPVAT	%	Total	%	Total	%
			Pessoas	%	Ramos	%						
Centro Oeste	65	14	2	0	397	86	-	0	464	100	418	100
Nordeste	-	0	-	0	-	0	-	0	-	100	-	100
Norte	-	0	-	0	-	0	-	0	-	100	-	100
Sudeste	1.139	3	4.186	13	27.806	84	-	0	33.131	100	40.266	100
Sul	456	19	264	11	1.737	71	-	0	2.457	100	3.018	100
Total	1.659	6	4.452	12	29.940	83	-	0	36.052	100	43.702	100

A distribuição regional dos riscos atendem à política de subscrição da Companhia.

Abaixo demonstramos a distribuição do prêmio, por moeda de face do contrato, para os semestres findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

		Prêmio bruto		Prêmio líquido	
			%		%
2014	Real	853.208	98%	823.669	98%
	Dólar	21.770	2%	15.257	2%
	Total	874.978	100%	838.926	100%
2013	Real	834.679	96%	798.731	97%
	Dólar	31.626	4%	23.872	3%
	Total	866.305	100%	822.603	100%

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações com a Companhia.

Um exemplo disso é que apesar de a Companhia realizar operações de resseguro, ela não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao seguro cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro.

Uma das formas mais utilizadas pelo mercado na determinação dos limites de risco de crédito é a utilização dos ratings conferidos à contraparte por uma agência avaliadora - tal como Standard & Poor's e Moody's.

O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos:

- (i) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- (ii) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento previsto no vencimento;
- (iii) Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e
- (iv) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes.

Ferramentas utilizadas para redução do risco

Para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas, a Companhia adotou como estratégia para mitigar seus riscos a operação de resseguro. As resseguradoras que operam com a Companhia, passam por um processo de análise de risco de crédito feito pela Matriz para garantir que os objetivos de mitigação de riscos de seguros e de crédito sejam atingidos. Este processo iniciou-se com a abertura do mercado de resseguros em 2008.

Abaixo demonstramos a avaliação de rating das resseguradoras que operam com a Companhia:

31/12/2014			
Resseguradora	Classe	Rating	Agência avaliadora
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S/A	Local	N/A	N/A
IRB Brasil Resseguros S.A.	Local	A-	A.M Best
Mapfre RE do Brasil Cia. de Resseguros	Local	N/A	N/A
XL Resseguros	Local	N/A	N/A
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local	Aaa	Moody's
Ace Resseguradora S.A.	Local	N/A	N/A
Swiss Re Brasil	Local	N/A	N/A
J. Malucelli Resseguradora S/A	Local	N/A	N/A
Federal Insurance Company	Admitida	A++	A.M Best
Hannover Ruckversicherung AG	Admitida	AA-	Standard & Poor's
Lloyd's	Admitida	A+	Standard & Poor's
Swiss Re America Corporation	Admitida	A+	A.M Best
General Reinsurance AG	Admitida	A++	A.M Best
Transatlantic Reinsurance Company	Admitida	A	A.M Best

Gradualmente, a alocação de resseguro da Companhia passou a ser feita de forma diversificada, não dependendo de uma única resseguradora e as operações não dependem substancialmente de um único contrato de resseguro, sendo estes contratos fechados de formas variadas, tais como: excedente de danos, cota, catástrofe, excedente de responsabilidade e facultativos.

Os ativos do resseguro totalizam R\$ 48.652 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 66.901 em 31 de dezembro de 2013).

Demonstramos a seguir os mapas de contratos de resseguro, por tipo de contrato:

(i) Contratos proporcionais

31 de dezembro de 2014			
Ramo de seguro	Prêmios emitidos (*)	Prêmios cedidos em resseguro	% Ressegurado
Automóvel	369.135	1.301	0,35
Pessoas	204.443	4.292	2,10
Demais ramos	233.330	19.448	8,33
Total	806.908	25.041	3,10
31 de dezembro de 2013			
Ramo de seguro	Prêmios emitidos (*)	Prêmios cedidos em resseguro	% Ressegurado
Automóvel	373.540	1.241	0,33
Pessoas	242.685	4.465	1,84
Demais ramos	253.238	26.392	10,42
Total	869.463	32.098	3,69

(*) Montante de prêmios emitidos está líquido dos riscos vigentes mas não emitidos (RVNE), custos iniciais de contratação (CIC), retrocessões aceitas e DPVAT que totalizam R\$ 97.387 (R\$13.042 em dezembro 2013).

Para os contratos proporcionais e facultativos participam os resseguradores: IRB, Mapfre, Lloyd's, Transatlantic, Munich Re, Swiss Re, Federal, J. Malucelli, Terra Brasis e Hannover. Desta forma a Companhia pulveriza seus riscos.

(ii) Contratos não proporcionais

31 de dezembro de 2014						
Ramos e grupo de ramos	Tipo de resseguro	Prioridade R\$ mil	Cobertura - R\$			
			1º Faixa	2º Faixa	3º Faixa	4º Faixa
16/18/51/67/96	ED	5.000	5.000 XS 5.000	15.000 XS 10.000	25.000 XS 25.000	-
30/51/62/71	ED	150	4.850 XS 150	5.000 XS 5.000	15.000 XS 10.000	-
71	ED	500	4.500 XS 500	5.000 XS 5.000	15.000 XS 10.000	25.000 XS 25.000
14/28/53	ED	500	3.000 XS 500	6.500 XS 3.500	-	-
14/31/33	ED	2.000	3.000 XS 2.000	10.000 XS 5.000	50.000 XS 15.000	-
10/71/78	ED	500	14.500 XS 500	-	-	-
77/82/93	ED	1.500	1.500 XS 30.000	-	-	-
51	ED	1.000	4.000 XS 1.000	5.000 XS 5.000	10.000 XS 10.000	-
21/22/54/55	ED	500	4.500 XS 500	5.000 XS 5.000	15.000 XS 10.000	25.000 XS 25.000
Total						

31 de dezembro de 2013						
Ramos e grupo de ramos	Tipo de resseguro	Prioridade R\$ mil	Cobertura - R\$			
			1º Faixa	2º Faixa	3º Faixa	4º Faixa
16/18/41/67/71/96	ED	5.000	5.000 XS 5.000	15.000 XS 10.000	25.000 XS 25.000	-
14	ED	1.000	4.000 XS 1.000	5.000 XS 5.000	-	-
31	ED	2.500	2.500 XS 2.500	5.000 XS 5.000	15.000 XS 10.000	-
53	ED	500	3.000 XS 500	6.500 XS 3.500	-	-
77/82/93	ED	1.500	1.500 XS 30.000	-	-	-
51	ED	1.000	4.000 XS 1.000	5.000 XS 500	10.000 XS 10.000	-
21/22/54/55/56	ED	500	4.500 XS 500	5.000 XS 5.000	15.000 XS 10.000	25.000 XS 25.000
28/33	ED	1.500	3.500 XS 1.500	5.000 XS 5.000	50.000 XS 10.000	-

Os contratos de resseguros não proporcionais estão divididos entre os contratos de Property, Personal Lines, Vida e Marine. Os Resseguradores participantes são IRB, Maife, Transatlantic, Scor, Hannover, Swiss Re, Lloyd's, Munich Re, General e Federal. O IRB detém em média 40% dos contratos, sendo que o restante é dividido entre os demais resseguradores.

O montante registrado de prêmios cedidos em contratos não proporcionais no período totalizam R\$ 6.335 (R\$ 5.604 em 30 de junho de 2013).

(iii) Discriminação dos resseguradores por moeda

Resseguradores	Classe	Prêmio Cedido	
		31/12/2014	31/12/2013
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros Brasil S/A	Local	307	-
Terra Brasis Resseguros	Local	-	3
IRB Brasil Resseguros S.A.	Local	15.282	19.767
Mapfre RE do Brasil Cia de Resseguros	Local	609	700
XL Resseguros Brasil S/A	Local	121	-
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local	2.691	1.746
Ace Resseguradora S.A.	Local	364	45
Swiss Re Brasil	Local	23	72
Chartis Resseguros Brasil S/A	Local	243	-
J. Malucelli Resseguradora S/A	Local	113	2.674
Subtotal		19.753	25.007
Hannover Ruckversicherung AG	Admitida	-	-
Lloyd's	Admitida	349	124
Federal Insurance Company	Admitida	7.923	9.359
Transatlantic Reinsurance Company	Admitida	1.298	1.194
Swiss Re America Corporation	Admitida	40	166
General Reinsurance AG	Admitida	168	98
Subtotal		9.778	10.941
Moeda Real			

Resseguradores	Classe	Prêmio Cedido	
		31/12/2014	31/12/2013
IRB Brasil Resseguros S.A.	Local	1.205	2.279
Mapfre RE do Brasil Cia de Resseguros	Local	135	171
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local	-	268
Swiss Re Brasil	Local	1.381	662
J. Malucelli Resseguradora S/A	Local	107	494
Subtotal		2.828	3.874
Hannover Ruckversicherung AG	Admitida	763	330
Lloyd's	Admitida	46	-
Federal Insurance Company	Admitida	1.455	1.862
Transatlantic Reinsurance Company	Admitida	973	838
Swiss Re America Corporation	Admitida	362	850
General Reinsurance AG</			



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

	Sem vencimento	0 a 30 dias	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 2 anos	Total	Saldo contábil 31/12/2013
Ativos financeiros							
Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro							
Ativos pré-fixados							
Públicos	-	170.839	-	-	-	170.839	170.839
Ativos pós-fixados							
Públicos	-	-	107.126	141.220	177.122	425.468	425.468
Privados	-	21.343	-	-	22.645	43.988	43.988
Fundos de investimentos	63.271	-	-	-	-	63.271	63.271
Outras ativos financeiros	154	-	-	-	-	154	154
Prêmios a receber de segurados	-	210.215	10.554	1.998	1.768	224.535	224.535
Valores a receber de operações de seguros e resseguros	10.973	-	-	-	-	10.973	10.973
Ativos de resseguro	66.901	-	-	-	-	66.901	66.901
Caixa e equivalentes de caixa	4.940	-	-	-	-	4.940	4.940
Total de ativos financeiros e ativos com contratos de seguro	146.239	402.397	117.680	143.218	201.535	1.011.069	1.011.069

c) Risco financeiro - análise de sensibilidade - seguros

A Companhia está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos pelos diversos ativos e passivos inerentes ao seu negócio. Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros são:

- (i) Risco de crédito (vide item 4b);
- (ii) Risco de mercado; e
- (iii) Risco de liquidez.

Risco de mercado

O controle do risco de mercado é realizado por meio do mapeamento de eventuais atividades expostas a esse tipo de risco. Essas exposições são mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, e os respectivos planos de mitigação são devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo é realizado de forma corporativa e é definido por meio de diretrizes e procedimentos de investimentos internos, cujo conteúdo é elaborado, aprovado e revisado conjuntamente por áreas autorizadas locais, da América Latina e da Matriz.

Definição de limites

Da mesma forma como ocorre com o gerenciamento de risco de mercado, a definição de limites, de acordo com as características de cada operação, é determinada por meio de políticas de investimentos devidamente validadas em conjunto por estruturas locais da América Latina e da Matriz.

Visando mitigar o risco de mercado, atualmente a carteira da Companhia é composta por títulos públicos federais vinculados à taxas pós-fixadas (SELIC), títulos públicos federais pré-fixados de curto prazo, considerando a data do vencimento, títulos públicos atrelados à índice de inflação (IPCA) e fundos de investimentos referenciados à taxa de Depósito Interbancário (DI) e renda fixa, todos com alto grau de liquidez. Dentro da mesma estratégia de redução de risco de mercado, o restante da carteira é formada por títulos privados atrelados à variação da taxa DI e emitidos por instituições financeiras do mais elevado rating conforme agências de classificação de risco. Para essas operações, o objetivo não é obter ganhos de curto prazo através de oscilações de mercado, mas sim a manutenção de uma carteira diversificada de ativos financeiros que atenda às necessidades específicas demandadas pelo tipo de negócio e que esteja em conformidade com as definições específicas das políticas de investimentos da Companhia, conciliando os aspectos de risco e retorno.

Atualmente a Companhia não possui ativos financeiros com exposição a variações de taxas de câmbio.

A metodologia utilizada para a análise de risco dos ativos financeiros leva em consideração: (i) A capacidade da redução dos ativos por meio das oscilações de seus preços (risco de mercado); e (ii) Uma visão sobre o risco de crédito, baseada na probabilidade de inadimplência por parte dos emissores dos ativos financeiros.

Para efeito do cálculo de risco, os critérios de medição específicos foram:

Risco de mercado: Estudo sobre as variações dos ativos, onde se encontrará o valor exposto ao risco ("Value at Risk - VaR") de uma carteira, e é uma probabilidade percentual, em um determinado tempo, de que determinado valor de prejuízo não será provavelmente superado.

Risco de crédito: Observação da classificação pública de crédito ou o conceito de "rating" definido pelas agências classificadoras Moody's e Standard & Poor's.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável;
- Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Avaliação por níveis			Saldo contábil 31/12/2014
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativo circulante				
Títulos de renda fixa				
Títulos para negociação				
Letras financeiras do tesouro - LFT	51.841	-	-	51.841
Letra do tesouro nacional - LTN	145.152	-	-	145.152
Notas do tesouro nacional - Série B - NTN-B	73.604	-	-	73.604
Quotas de fundos de investimentos	-	90.726	-	90.726
Outros ativos financeiros	-	-	154	154
Títulos disponíveis para venda				
Certificado de depósito bancário - CDB	-	49.028	-	49.028
Letras financeiras do tesouro - LFT	109.825	-	-	109.825
Letra do tesouro nacional - LTN	43.549	-	-	43.549
Notas do tesouro nacional - Série B - NTN-B	33.014	-	-	33.014

Ativo não circulante

Títulos disponíveis para venda

Títulos de renda fixa				
Letras financeiras do tesouro - LFT	60.621	-	-	60.621
Letras financeiras - LF	-	74.182	-	74.182

Exposição máxima ao risco de crédito

	Avaliação por níveis			Saldo contábil 31/12/2013
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	517.606	213.936	154	731.696

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Avaliação por níveis			Saldo contábil 31/12/2013
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativo circulante				
Títulos de renda fixa				
Títulos para negociação				
Letras financeiras do tesouro - LFT	49.704	-	-	49.704
Letras do tesouro nacional - LTN	170.839	-	-	170.839
Notas do tesouro nacional - Série B -NTN-B	70.208	-	-	70.208
Quotas de fundos de investimentos	-	63.271	-	63.271
Outros ativos financeiros	-	-	154	154
Títulos disponíveis para venda				
Certificado de depósito bancário - CDB	-	21.343	-	21.343
Letras financeiras do tesouro - LFT	175.190	-	-	175.190

Ativo não circulante

Títulos disponíveis para venda

Títulos de renda fixa				
Letras financeiras do tesouro - LFT	99.059	-	-	99.059
Notas do tesouro nacional - Série B -NTN-B	31.307	-	-	31.307
Letras financeiras - LF	-	22.645	-	22.645

Exposição máxima ao risco de crédito

	Impacto no patrimônio líquido			Saldo contábil 31/12/2013
	31/12/2014	31/12/2013		
Composição da carteira por classe e por categoria contábil	596.307	107.259	154	703.720

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a Companhia possuía ativos financeiros classificados de acordo com o nível 3 que referem-se à conta de "Resseguradores - retenções remuneradas de provisão de sinistros".

O valor de mercado dos títulos públicos federais está atrelado ao "preço unitário de mercado", disponível na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA nas datas dos balanços. As quotas de fundos de investimentos foram calculadas a partir do valor da quota divulgada pelo administrador do fundo nas datas dos balanços.

Análise de sensibilidade - ativos financeiros

Considerando que a carteira da Companhia está 59,62% alocada no parâmetro DI/SELIC e o restante em taxas pré-fixadas e índice de inflação (IPCA) de curto prazo, na presente análise de sensibilidade foram considerados: (i) o risco de crédito para títulos de emissão do Tesouro e emissão privada, através da aplicação de um fator de desconto por "rating" baseado na classificação da Standard & Poor's; (ii) o risco de mercado dos ativos financeiros, através do cálculo do Value at Risk (VaR) da carteira para o prazo de 1 dia com nível de confiança de 95%; e (iii e iv) risco de oscilação do valor justo dos títulos vinculados totalmente ou parcialmente a taxas pré-fixadas de emissão do Tesouro, decorrentes de variações de taxas de juros positivas ou negativas de 2 pontos percentuais.

O teste de sensibilidade considera os efeitos isolados de cada fator de risco. Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data-base do balanço.

A tabela a seguir apresenta a mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o patrimônio líquido e o resultado do exercício:

	Impacto percentual		Impacto no patrimônio líquido		Impacto no resultado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
(i) Fator de desconto por "rating"	-0,0070%	-0,0061%	(45)	(39)	(45)	(52)
(ii) Value At Risk (VAR)	-0,2209%	-0,2310%	(1.459)	(1.497)	(1.459)	(952)
(iii) Variação da taxa de juros em + 2 ps.p.	-0,2561%	-0,2568%	(1.692)	(1.664)	(1.692)	(1.766)
(iv) Variação da taxa de juros em - 2 ps.p.	0,2660%	0,2669%	1.757	1.729	1.757	1.854

Em termos gerais, em 31 de dezembro de 2014 a incidência de fatores redutores aplicados ao risco de crédito, ao risco de mercado e ao risco de oscilação de taxas de juros produzirá uma perda máxima individual por fator de risco de 0,2040% em relação ao total dos ativos financeiros mantidos pela Companhia.

Salientamos ainda que o risco somente foi aplicado à carteira de investimentos de administração própria, não contemplando as aplicações de gestão da Seguradora Líder (DPVAT).

6. Aplicações financeiras

Demonstramos a seguir a composição do saldo das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	31/12/2014				31/12/2013			
	Valor Investimento Atualizado	Ajuste Mercado	Valor de Mercado	% Aplicado	Valor Investimento Atualizado	Ajuste Mercado	Valor de Mercado	% Aplicado
Ativos financeiros disponível para negociação Fundos de Investimento	90.726	-	90.726	12%	63.271	-	63.271	9%
Títulos de Renda Fixa								
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	51.841	-	51.841	7%	49.696	8	49.704	7%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	145.686	(534)	145.152	20%	170.845	(6)	170.839	24%
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	73.276	328	73.604	10%	70.918	(710)	70.208	10%
Outras Aplicações	154	-	154	0%	154	-	154	0%
Total Disponível para negociação	361.683	(206)	361.477	49%	354.884	(708)	354.176	50%
Ativos financeiros disponível para venda								
Títulos de Renda Fixa								
Certificado de Depósito Bancário - CDB	49.028	-	49.028	7%	21.343	-	21.343	3%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	170.465	(17)	170.446	23%	274.239	10	274.249	39%
Notas do Tesouro Nacional - Série B - NTN-B	32.843	171	33.014	5%	31.375	(68)	31.307	4%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	43.632	(83)	43.549	6%	-	-	-	0%
Letras Financeiras - LF	74.182	-	74.182	10%	22.645	-	22.645	3%
Total Disponível para venda	370.150	71	370.219	51%	349.602	(58)	349.544	50%
Total dos Ativos financeiros	731.833	(135)	731.696	100%	704.486	(766)	703.720	100%

As "Outras aplicações" referem-se, basicamente, à conta "Resseguradores - retenções remuneradas de provisão de sinistros" no montante de R\$ 154 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 154 em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014 não houve reclassificação entre as categorias de títulos e valores mobiliários.

Análise de sensibilidade - seguros

Há incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas através de metodologias estatístico-atuariais. Por exemplo, o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela Companhia.

Isto posto, acrescenta-se que o Teste de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da Companhia, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data-base.

Neste contexto, apesar da Companhia possuir outras linhas de negócios, o Teste de Sensibilidade realizado na data-base de 31 de dezembro de 2014, foi aplicado sobre as seguintes provisões:

- Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) declarada para os Ramos 531 - Automóvel e 993 - Vida, os quais representaram 45,06% da provisão bruta de resseguro na referida data;
- Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER) declarada para os Ramos 351 - Responsabilidade Civil, 531 - Automóvel e 993 - Vida, os quais representaram 70,87% da provisão bruta de resseguro na referida data;
- Provisão de Despesas Relacionadas - Referente ao IBNR declarada para os Ramos 531 - Automóvel e 993 - Vida, os quais representaram 18,84% da provisão bruta de resseguro na referida data;
- Provisão de Despesas Relacionadas - Referente ao IBNER declarada para os Ramos 351 - Responsabilidade Civil, 531 - Automóvel e 993 - Vida, os quais representaram 72,98% da provisão bruta de resseguro na referida data.

Sendo assim, os resultados poderão ser vistos a seguir:

Premissas Atuariais	Impacto causado no:							
	Data-base: 31/12/2014				Data-base: 31/12/2013			
	Passivo (7)	Ativo (8)	PLA	Resultado (9)	Passivo (7)	Ativo (8)	PLA	Resultado (9)
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à Provisão de IBNR (1)	1.369	32	802	802	2.062	63	1.199	1.199
Aumento de 5,0% na Sinistralidade, aplicada à PDR (referente ao IBNR) (2)	44	1	26	26	60	2	35	35
Aumento de 0,5% no Fator da Cauda, aplicada à Provisão de IBNR (3)	5.293	17	3.166	3.166	5.382	17	3.219	3.219
Aumento de 0,5% no Fator da Cauda, aplicada à PDR (referente ao IBNR) (4)	202	1	121	121	223	-	134	134
Aumento de 0,5% no Fator da Cauda, aplicada à Provisão de IBNER (5)	3.763	34	2.237	2.237	2.763	39	1.634	1.634
Aumento de 0,5% no Fator da Cauda, aplicada à PDR (referente ao IBNER) (6)	242	3	143	143	2.212	43	1.301	1.301

Observações:
(1) Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de IBNR nos ramos 531 e 993 e mantendo as demais variáveis aplicadas às referidas datas-base analisadas.

(2) Aumentando em 5,0 (cinco) pontos percentuais a taxa de sinistralidade verificada da Provisão de Despesas Relacionadas (referente à IBNR) nos ramos 531 e 993 e mantendo as demais variáveis aplicadas às referidas datas-base analisadas.

(3) Aumentando em 0,5 (meio) ponto percentual o fator da cauda do triângulo de run-off da Provisão de IBNR dos ramos 531 e 993 e mantendo as demais variáveis aplicadas às referidas datas-base analisadas.

(4) Aumentando em 0,5 (meio) ponto percentual o fator da cauda do triângulo de run-off da Provisão de Despesas Relacionadas (referente à IBNR) dos ramos 531 e 993 e mantendo as demais variáveis aplicadas às referidas datas-base analisadas.

(5) Aumentando em 0,5 (meio) ponto percentual o fator da cauda do triângulo do ajuste de IBNER dos ramos 351, 531 e 993 e mantendo as demais variáveis aplicadas às referidas datas-base analisadas.

(6) Aumentando em 0,5 (meio) ponto percentual o fator da cauda do triângulo da Provisão de Despesas Relacionadas (referente ao IBNER) dos ramos 351, 531 e 993 e mantendo as demais variáveis aplicadas às referidas datas-base analisadas.

(7) Valores que seriam adicionados ao passivo da Companhia em decorrência da Análise de Sensibilidade, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.

(8) Valores que seriam adicionados ao ativo da Companhia em decorrência da Análise de Sensibilidade, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.

(9) Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Social.

O Teste de Sensibilidade aplicado à Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), para os ramos 531 e 993, demonstrou que o acréscimo de 5,0 (cinco) pontos percentuais na variável taxa de sinistralidade irá aumentar em 5,87% o Passivo destes ramos, reduzindo o Patrimônio Líquido Ajustado em 0,3%, e, por consequência, reduzindo em 3% o Resultado da Companhia. Contudo, para a segunda suposição demonstrada, ou seja, aumentando-se em 0,5 (meio) ponto percentual o fator da cauda obtido no triângulo de run-off, teremos um aumento de 22,68% no Passivo dos ramos citados anteriormente, uma redução de 1,1% sobre o Patrimônio Líquido Ajustado, e, consequentemente, uma redução de 11% no Resultado da Companhia.

Para a Provisão de Despesas Relacionadas (referente ao IBNR), para os ramos 531 e 993, demonstrou que o acréscimo de 5,0 (cinco) pontos percentuais na variável taxa de sinistralidade irá aumentar em 5,67% o Passivo destes ramos, reduzindo o Patrimônio Líquido Ajustado em 0,01%, e, por consequência, reduzindo em 0,1% o Resultado da Companhia. Contudo, para a segunda suposição demonstrada, ou seja, aumentando-se em 0,5 (meio) ponto percentual o fator da cauda obtido no triângulo de run-off, teremos um aumento de 25,86% no Passivo dos ramos citados anteriormente, uma redução de 0,04% sobre o Patrimônio Líquido Ajustado, e, consequentemente, uma redução de 0,4% no Resultado da Companhia.

Para a Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), o aumento de 0,5 (meio) ponto percentual no fator da cauda obtido no triângulo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstramos abaixo a movimentação das aplicações financeiras entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

Movimentação dos títulos e valores mobiliários	Saldo em 31/12/2013	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ atualizações (*)	Saldo Final
Certificado de Depósito Bancário - CDB	21.343	45.000	(21.713)	4.398	49.028
Letras Financeiras	22.645	44.000	-	7.537	74.182
Letras do Tesouro Nacional - LTN	170.839	190.704	(170.903)	(1.940)	188.700
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	323.953	-	(185.034)	83.370	222.289
Notas do Tesouro Nacional B - NTN-B	101.515	72.751	(78.768)	11.120	106.618
Cotas de Fundos de Investimentos	63.271	120.392	(112.857)	19.920	90.726
Fundos Retrocessão IRB	154	-	-	-	154
Total Geral	703.720	472.847	(569.275)	124.406	731.696

(*) O total dos rendimentos contempla o valor da equalização do DPVAT no montante de R\$ 9.878 e ajuste TVM no montante de R\$ 87.

a) Determinação do valor justo

Em razão dos ativos financeiros da Companhia encontrarem-se majoritariamente alocados no padrão CDI/SELIC, os valores contábeis já estão registrados a mercado, ou seja, pelo valor justo dos ativos.

A avaliação dos ativos financeiros pela hierarquia dos níveis está demonstrada na nota explicativa nº 4c.

b) Ativos oferecidos em garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas estão compostos por títulos públicos de renda fixa e títulos privados compostos por certificados de depósitos bancários e letras financeiras, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Total das provisões técnicas	730.004	661.220
(-) Provisões dos Consórcios DPVAT	(70.915)	(55.457)
(-) Ativos Redutores de Resseguro	(12.846)	(66.902)
(-) Recuperação de Sinistros a Recuperar	(23.504)	-
(-) Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG	(26.035)	-
(-) Depósitos judiciais	(2.704)	(8.115)
(-) Direitos Creditórios	(79.026)	(67.571)
(-) Provisões Retidas pelo IRB	(154)	(155)
Total a ser coberto	514.820	463.020
Ativos dados em garantia das provisões técnicas Títulos de renda fixa	567.428	470.194
Suficiência - \$	52.608	7.174
Suficiência - %	28,38%	1,55%

c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não haviam contratos envolvendo operações de "swap", opções ou outros instrumentos financeiros derivativos na Companhia.

7. Prêmios a receber

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito. O prazo médio de parcelamento dos prêmios diretos da Companhia é de três meses.

Adicionalmente a Companhia avalia periodicamente os valores registrados na rubrica "11319 - Redução ao valor recuperável" e mantém atualizado um estudo técnico sobre inadimplência onde são demonstrados os critérios utilizados para o cálculo da provisão ao valor recuperável na Companhia. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ (3.954) (R\$ (3.133) em 31 de dezembro de 2013).

O quadro a seguir demonstra a movimentação do saldo de prêmios a receber:

	2014	2013
Saldo Inicial em 1º de janeiro	224.535	223.033
(+) Prêmios emitidos	1.228.086	1.288.109
(+) IOF	48.599	48.525
(+) Adicional de fracionamento	1.452	1.773
(-) Prêmios cancelados	(350.130)	(401.268)
(-) Recebimentos	(924.884)	(936.121)
Constituição de riscos vigentes não emitidos	3.169	447
Constituição/(reversão) de provisão para perda	(821)	37
Saldo em 31/12/2014 e 31/12/2013	230.006	224.535

A composição dos prêmios a receber por decurso de prazo está demonstrada na nota explicativa nº 4c.

Abaixo segue a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	(3.133)
Aumento na provisão	(821)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(3.954)

8. Outros valores e bens

A rubrica "outros valores" é constituída, principalmente pelos seguintes saldos:

	31/12/2014	31/12/2013
Salvados	11.800	14.626
Créditos a Receber	4.596	-
Adiantamento advogados	897	-
Total	17.293	14.626

Apresentamos abaixo a abertura dos bens à venda ("salvados") por ramo e por faixa de vencimento:

Ramo	31/12/2014								Total geral
	de 1 a 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 120 dias	de 121 a 150 dias	de 151 a 180 dias	de 181 a 365 dias	a mais 365 dias	
Automóvel	1.076	1.382	1.598	584	780	371	231	5.458	11.480
Transporte	-	-	-	-	-	-	-	199	199
Demais ramos	-	-	-	-	-	-	-	121	121
Total geral	1.076	1.382	1.598	584	780	371	231	5.778	11.800

Ramo	31/12/2013								Total geral
	de 1 a 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 90 dias	de 91 a 120 dias	de 121 a 150 dias	de 151 a 180 dias	de 181 a 365 dias	a mais 365 dias	
Automóvel	1.032	3.185	1.343	1.645	705	419	2.039	3.329	13.697
Transporte	-	-	-	1	307	1	93	437	839
Demais ramos	-	-	-	1	-	-	17	72	90
Total geral	1.032	3.185	1.343	1.647	1.012	420	2.149	3.838	14.626

O valor presente do salvados a venda são atualizados mensalmente com base na tabela FIPE.

9. Custos de aquisição diferidos (DAC)

As despesas de comercialização diferidas são constituídas pelas comissões, agenciamento e pró-luore (se aplicáveis) na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedecem o risco de vigência dos contratos de seguros.

Grupo de ramos	31/12/2014	31/12/2013
Automóvel	34.185	33.134
Pessoas	6.953	13.402
Demais ramos	16.630	14.478
Total	57.768	61.014

10. Créditos tributários e previdenciários

Tributos a Compensar	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda a compensar	21.291	2.781
Contribuição social a compensar	12.869	1.576
Cofins a compensar	294	2.246
Pis a compensar	47	369
IOF a compensar	2.744	2.334
Subtotal	37.245	9.306

Créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa

	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda diferidas temporárias	4.817	6.415
Imposto de renda diferido - prejuízo fiscal 2013	998	-
Imposto de renda diferido - TVM	-	15
Contribuição social diferida - temporárias	2.890	4.047
Contribuição social diferida - 2013	797	-
Contribuição social diferida - TVM	-	9
Subtotal	9.502	10.486
Total	46.747	19.792

Composição da origem dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa	31/12/2014			31/12/2013		
	Base de Cálculo	IRPJ - 25%	CSLL - 15%	Base de Cálculo	IRPJ - 25%	CSLL - 15%
Provisão PLR/bônus empregados	4.752	1.188	713	5.967	1.492	895
Provisão despesa de comercialização	4.970	1.242	746	5.138	1.285	771
Provisão devedores duvidosos	3.957	989	594	3.134	783	470
Provisão para indenizações trabalhistas	1.102	275	165	2.979	745	447
Outras provisões	4.487	1.123	672	4.441	1.110	666
Prejuízo Fiscal IRPJ	85.279	21.320	-	4.002	1.000	-
Prejuízo Fiscal de CSLL	87.164	-	13.075	5.321	-	798
Total constituído IRPJ	104.547	26.137	-	25.661	6.415	-
Total constituído CSLL	106.432	-	15.965	26.980	-	4.047

O imposto de renda e a contribuição social a compensar são decorrentes de antecipação de IR e CS e retenções de órgãos públicos, sendo que a sua expectativa de realização é substancialmente de 12 meses.

Os créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias originam-se, substancialmente, da constituição de provisões judiciais, centrais de negócios, distribuições de lucros com centrais de negócios e corretores. Exceto para os casos judiciais onde os prazos não são previsíveis, para as demais diferenças temporais o crédito tributário tem previsão de realização de até 12 meses.

A movimentação dos créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias estão assim demonstradas:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	10.486
(+) Constituição	17.773
(-) Realização	(18.757)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.502

Abaixo demonstramos o imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o saldo dos ajustes de títulos e valores a mercado:

Base	31/12/2014	31/12/2013
Ajuste de títulos e valores a mercado	(70)	(59)
Imposto de renda (25%)	(17)	(15)
Contribuição social (15%)	(10)	(9)

Em 31 de dezembro de 2014, a Seguradora apresentou prejuízo fiscal no montante de R\$ 81.286 (R\$ 3.992 em 31 de dezembro de 2013), a base negativa da contribuição social no montante de R\$ 81.852 (R\$ 5.312 em 31 de dezembro de 2013) a serem compensados com a geração de lucros tributáveis futuros.

A legislação permite que prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social apurados em qualquer exercício, a partir de janeiro de 1996, sejam compensados com lucros tributáveis futuros limitados a 30% do lucro tributável apurado em cada ano. Para prejuízos fiscais e base negativas da contribuição social apurados em qualquer exercício, a partir de janeiro de 1996, não há prazo prescricional.

Demonstração dos créditos tributários:

	31/12/2014	31/12/2013	
Prejuízo Fiscal	81.286	3.992	
Base Negativa da CSLL	81.852	5.312	
Adições Temporárias	19.268	21.660	
Apresentamos abaixo a estimativa de realização dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e de bases negativas da contribuição social:			
Anos	2015	2016	2017
% de utilização dos créditos	30	35	35

11. Ativo imobilizado

A tabela abaixo apresenta a conciliação da movimentação do ativo imobilizado por grupo:

Custo de aquisição do imobilizado	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014
Imóveis de uso próprio	44	-	-	44
Equipamentos	31.030	375	-	31.405
Móveis, máquinas e utensílios	3.006	52	-	3.058
Veículos	264	-	-	264
Outras imobilizações	5.528	12	(14)	5.526
Total de custo de aquisição (a)	39.872	439	(14)	40.297
Depreciação acumulada	31/12/2013	Depreciações	Baixas	31/12/2014
Imóveis de uso próprio	(44)	-	-	(44)
Equipamentos	(28.410)	(971)	-	(29.381)
Móveis, máquinas e utensílios	(1.906)	(219)	-	(2.125)
Veículos	(177)	(19)	-	(196)
Outras imobilizações	(3.853)	(549)	-	(4.402)
Total da depreciação acumulada (b)	(34.390)	(1.758)	-	(36.148)
Total do imobilizado (a) - (b)	5.482	(1.319)	(14)	4.149

As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são as seguintes:

Imobilizado	Taxa anual	Anos de vida útil
Imóveis de uso próprio	4%	25
Equipamentos	10% e 20%	5 e 10
Móveis, máquinas e utensílios.	10%	10
Veículos	20%	5
Outras imobilizações	20%	5
Outras Benfeitorias e Imóveis	20%	5

12. Intangível

O ativo intangível está composto conforme segue:

Custo de aquisição do intangível	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014
Desenvolvimento de softwares	33.346	6.873	(30)	40.189
Total de custo de aquisição	33.346	6.873	(30)	40.189
Amortização acumulada	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014
Desenvolvimento de softwares	(17.481)	(5.903)	-	(23.384)
Total da amortização acumulada	(17.481)	(5.903)	-	(23.384)
Total do intangível	15.865	970	(30)	16.805

O ativo intangível é amortizado com um percentual de amortização de atualmente 20%, com vida útil de cinco anos.

13. Detalhamento e movimentação das provisões técnicas

As tabelas a seguir apresentam a movimentação das provisões técnicas (brutas e líquidas de resseguro) para os balanços encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Os valores demonstrados abaixo não consideram as operações de retrocessão e o ramo 588 - DPVAT que totalizam R\$ 72.463.

	Provisões de prêmios (+) outras provisões técnicas	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
PPNG (+) PPNG-RVNE (+) PCP (+) OPT em 31/12/2013	367.511	340.835
Prêmios emitidos no ano	806.907	770.719
Prêmios ganhos durante o ano	809.102	771.387
PPNG (+) PPNG-RVNE em 31/12/2014	365.316	340.168

	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (incluindo a PDR referente ao IBNR)	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
IBNR em 31/12/2013	50.481	46.223
Varição da Provisão de IBNR (+) PDR da IBNR	5.446	7.442
IBNR em 31/12/2014	55.927	53.665

	Provisão de sinistros a liquidar/ajuste de IBNER (incluindo a PDR referente ao PSL e IBNER)	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
PSL (+) IBNER em 31/12/2013	186.066	150.099
(+) Sinistros avisados (+) reavaliados (-) cancelados (+) reabertos (1)	476.418	466.902
(-) Pagamentos efetuados durante o ano	439.353	416.132
(+/-) Variação da provisão de IBNER	16.419	17.440
(-) Estimativa de Salvados e Ressarcidos	3.252	3.252
PSL (+		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

Fiscais
Nos processos fiscais de maior relevância há depósitos judiciais garantindo a quantia em discussão. As classificações de risco de perda foram realizadas de acordo com o Pronunciamento CPC nº 25, portanto, com o devido provisionamento das ações judiciais cuja perda foi classificada como provável e no processo classificado com perda possível há depósito judicial.

Os processos fiscais correspondem a, fundamentalmente, Auto de Infração que, segundo a fiscalização a Companhia teria pago a seus empregados PLR em desacordo com a lei, de modo que esses valores constituir-se-iam em base de cálculo para contribuições previdenciárias (parte empresa e SAT, e Terceiros - FNDE e INCRAN).

Trabalhistas
Os processos de natureza trabalhista estão em diversas fases de tramitação, porém na maioria deles a Companhia foi incluída indevidamente na lide por funcionários de outras empresas. Mesmo não se tratando de funcionários da Companhia, alguns desses processos foram classificados como perda possível em razão da demanda tramitar na esfera trabalhista onde há risco de a Companhia ser responsabilizada.

Cíveis
Os processos cíveis correspondem em sua grande maioria a valores referente a danos morais e outras verbas que não são incluídas nas coberturas das respectivas apólices.

Os processos cíveis que não versam sobre sinistros foram provisionados levando em consideração a classificação do risco pelos advogados, o andamento das ações e as perdas históricas.

Sinistros
A Companhia mantém 2.560 processos referentes a sinistros, dos quais 1.018 ações foram realizadas sem quaisquer regulação administrativa, pois o(s) requerente(s) ajuizou(aram) ação judicial sem efetuar aviso de sinistro administrativamente para que fosse realizada a análise de cobertura pela Companhia, que totalizam o montante de R\$ 435.052 reclamado.

A Companhia possui processos de sinistros em demanda judicial registrados na conta "Provisão de Sinistros a Liquidar Judiciais - PSLJ" no montante de R\$ 84.523 (R\$ 55.285 em 31 de dezembro de 2013).

b) Movimentação dos processos judiciais e administrativos
O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de provisões entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	Trabalhistas	Fiscais	Sinistros	Cíveis
Saldos em 31 de dezembro de 2013	206	647	55.285	1.296
(-) Total pago no período	-	-	(30.811)	(129)
Total provisionado até o fechamento do exercício	-	-	85.628	117
anterior para as ações pagas no período	-	-	2.431	26
Quantidade de ações pagas no período	-	-	-	-
(+) Novas constituições no período	206	-	23.417	341
Novas constituições referentes a citação de exercício	-	-	19.238	215
Novas constituições referentes a citação do exercício N-1	-	-	3.076	68
Novas constituições referentes a citação do exercício N-2	-	-	296	19
Novas constituições referentes a citação do exercício N-3 e anteriores	206	-	808	38
(-) Baixa da provisão por êxito	-	-	(4.106)	(188)
(+/-) Alteração da provisão por alteração de estimativa ou probabilidade	27	(115)	30.479	207
(+) Alteração da provisão por atualização monetária e juros	35	80	10.259	23
(-) Saldos em 31 de dezembro de 2014	474	611	84.523	1.550
Depósitos judiciais	214	345	8.536	97

c) Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2014	31/12/2013
Outras receitas/(despesas) com seguros	2.967	2.307
Inspecção de riscos	(1.206)	(1.217)
Despesas com centrais de negócios	(14.887)	(17.067)
Administração de apólice	(77.465)	(76.193)
Lucros atribuídos	(2.669)	(1.328)
Despesas com cobrança - DPVAT	(3.816)	(3.148)
Taxa de administração de cartão de crédito	(4.092)	(849)
Despesas com rastreadores	(15.280)	(14.227)
Contingências cíveis	(1.670)	(2.045)
Outras despesas com seguros	(1.408)	(1.312)
Total	(119.526)	(115.079)

d) Despesas administrativas

	31/12/2014	31/12/2013
Despesas com pessoal próprio	(60.222)	(59.404)
Despesas com serviços de terceiros (*)	(32.697)	(25.031)
Despesas com localização e funcionamento	(25.457)	(24.195)
Despesas administrativas outras	(7.885)	(7.019)
Total	(126.261)	(115.649)

(*) Contempla o pagamento de partes relacionadas (vide Nota 20).

e) Despesas com tributos

	31/12/2014	31/12/2013
COFINS	(22.424)	(18.657)
PIS	(3.712)	(3.087)
CIDE	(1.380)	(1.231)
Taxa de fiscalização SUSEP	(2.388)	(2.387)
Outros	(1.121)	(1.167)
Total	(31.025)	(26.529)

f) Resultado financeiro

	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa públicos e privados	65.744	47.951
Receita financeira com operação de seguros	4.895	9.808
Receitas com fundos de investimentos	8.636	6.102
Outras receitas financeiras	635	1.319
Subtotal receitas financeiras	79.910	65.180

Despesas financeiras

Despesas financeiras com operação seguros	(19.197)	(18.095)
Outras despesas cartões	(2.421)	(1.500)
Subtotal despesas financeiras	(21.618)	(19.595)
Total	58.292	45.585

19. Provisão para imposto de renda e contribuição social

Demonstramos abaixo a conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas em 30 de junho de 2014 e 2013:

	31/12/2014			31/12/2013		
	IRPJ	CSL	Total	IRPJ	CSL	Total
Lucro(prejuízo) antes do imposto de renda da contribuição social e das participações	(60.325)	(60.325)	(60.325)	8.705	8.705	8.705
Juros sobre capital próprio	(20.100)	(20.100)	(20.100)	(19.932)	(19.932)	(19.932)
Base de Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(80.425)	(80.425)	(80.425)	(10.927)	(10.927)	(10.927)
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação (25% e 15%)	(20.106)	(12.064)	(60.345)	(2.732)	(1.639)	(4.371)
Dividendos	-	-	-	-	-	-
Despesas não dedutíveis (receitas não tributáveis)	(200)	(109)	(343)	757	256	1.013
Outros	-	-	-	(343)	22	(321)
Despesa IRPJ e CSLL	(19.872)	(11.955)	(31.827)	(2.318)	(1.361)	(3.679)
Alíquota Efetiva	25%	15%	40%	21%	12%	34%

20. Transações com partes relacionadas

A administração identificou como partes relacionadas à Companhia a sua controlada (Federal Insurance Company), e suas controladoras (DHC Corporation, Chubb Atlantic Indemnity, e The Chubb Corporation), além de seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05.

A Companhia atua de forma integrada com sua controlada e compartilha com certos componentes da estrutura física, operacional e administrativa. Os custos dessa estrutura são atribuídos segundo critérios definidos pela administração que consideram, dentre outras variáveis, os volumes de negócios de cada uma das empresas conforme demonstrado a seguir:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Chubb Corporation (Invoice)	-	-	(3.540)	(439)	(12.930)	(3.160)
Federal Insurance Company (Resseguros)	2.093	9.164	(2.291)	(2.027)	(8.400)	(5.017)
Federal Escritório de Representação (Invoice)	269	142	-	-	(753)	(420)

A Companhia realizou operações de resseguro com a Federal Insurance Company cujas transações líquidas totalizaram (R\$ 5.833) ((R\$ 5.017) em 30 de junho de 2013).

i. Remuneração do pessoal-chave da administração
O valor da remuneração da diretoria é fixado anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária, estabelecido pela matriz para cada um dos diretores, respeitando o montante total fixado para o ano, conforme determina o Estatuto Social da Companhia. Para o ano de 2014 o valor fixado foi de R\$ 4.485 (R\$ 4.976 em 31 de dezembro de 2013). Os cargos no Conselho de Administração são exercidos independentemente de qualquer remuneração. Conforme CPC 33 "Benefícios a Empregados", os benefícios de curto prazo providos aos administradores em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram os seguintes:

	31/12/2014	31/12/2013
Benefícios de curto prazo aos administradores		
Proventos	3.265	2.730
Gratificações	3.458	1.597
Encargos sociais	332	156
Plano de previdência complementar de contribuição definida	210	168
Total	7.265	4.651

A Companhia não possui remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da administração.

A Companhia patrocina para seus administradores o plano de saúde, seguro de vida e outros, conforme combinado em sua contratação.

ii. Outras informações
Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidades de previdência e sociedades de capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

iii. Participação acionária
A acionista controladora DHC Corporation cedeu e transferiu, fiduciária e gratuitamente, 1 (uma) ação ordinária nominativa e sem valor nominal a cada um dos 3 (três) membros do Conselho de Administração. Na eventualidade de deixarem seus cargos, a ação concedida volta para a acionista controladora e posteriormente será dada a quem substituir os membros do Conselho.

21. Outras informações

a) Plano de previdência privada complementar
A Companhia proporciona um plano de previdência privada complementar aos seus funcionários que é administrado pelo Santander Seguros S/A e Itaú Vida e Previdência S/A, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o ano totalizaram R\$ 829 (R\$ 385 em 31 de dezembro de 2013).

b) Outras contas a pagar
A rubrica "Outras contas a pagar" é constituída, principalmente, pelos seguintes saldos:

	31/12/2014	31/12/2013
Cheques a compensar	1.349	2.341
Contas a pagar sinistros - transitória (*)	6.974	6.171
Contas a pagar congêneres	6.770	4.311
Chubb Corporation Invoice	3.540	439
Demais contas (**)	2.839	2.846
Total	21.472	16.108

(*) Sinistros em trânsito de pagamento.
(**) Referem-se, basicamente, a IOF a recolher e fornecedores a pagar.

c) Benefícios pós-emprego
A Companhia possui outros benefícios aos funcionários, tais como: plano de assistência médica na aposentadoria ou desligamento, seguro de vida e assistência médica, que é uma gratificação dada aos seus colaboradores por tempo de serviço. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração as taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação para custo de serviço corrente e o custo de juros, tais como definidos segundo o CPC 33 - Benefícios a Empregados, equivalente ao IAS 19.

A Companhia possui programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários. As demais provisões trabalhistas são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras, e registradas segundo regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários.

As premissas financeiras utilizadas foram definidas pela Companhia e também por meio de estudos de aderência. A Companhia adota a política de reconhecer ganhos e perdas atuariais no período em que eles ocorrerem na conta de outros resultados abrangentes.

As principais premissas utilizadas são:

	2013		2014	
	Método de avaliação atuarial	Método de avaliação projetado	Método de avaliação atuarial	Método de avaliação projetado
Premissa				
Hipóteses econômicas - taxa de desconto	11,83%	11,46 %	11,83%	11,46 %
Hipóteses econômicas - taxa esperada de retorno de ativos	0%	0%	0%	0%
Hipóteses econômicas - inflação futura	5%	5%	5%	5%
Hipóteses econômicas - taxa de crescimento dos custos médicos	9,2%	9,2%	9,2%	9,2%
Hipóteses biométricas - tábuas de sobrevivência	AT 2000	AT 2000	AT 2000	AT 2000

Valor presente das obrigações esperadas	Seguro-Saúde		Seguro de Vida		Assistência Médica (9.656)		Total	
	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
Valor das obrigações no início do ano	1.256	1.364	45	48	-	-	1.301	1.412
Ajuste referente a exercício anterior	-	(178)	-	85	-	-	-	(93)
Reconhecimento inicial de contratação	-	-	-	-	-	2.187	-	2.187
Juros sobre a obrigação atuarial	108	134	3	15	-	-	111	149
Benefícios pagos no ano	-	(161)	-	(15)	-	-	-	(176)
(Ganho)/perda atuarial sobre o valor presente das obrigações	-	609	-	45	-	-	-	654
Valor presente das obrigações no final do ano	1.364	1.768	48	178	-	2.187	1.412	4.133

16. Patrimônio líquido

a) Capital social
O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 262.303 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 253.858 em 31 de dezembro de 2013) representado por 18.716 (17.946 em 31 de dezembro de 2013) ações ordinárias, sem valor nominal. Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de junho e 29 de dezembro de 2014, os acionistas aprovaram aumento de capital no montante de R\$ 17.085, com emissão de 396 novas ações ordinárias e sem valor nominal. A deliberação aprovada nessa Assembleia encontra-se em fase de homologação pela SUSEP. O aumento de capital no montante de R\$ 8.445 foi aprovado por meio da Portaria nº 5.796 de 31 de março de 2014.

b) Juros sobre o capital próprio
Em conformidade com a Lei 9.249/95, a administração da Companhia decidiu pelo crédito aos seus acionistas de juros sobre capital próprio, com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), calculada sobre o patrimônio líquido base 31 de dezembro de 2013 de R\$ 402.111 com juros apurados no período de R\$ 20.100 (R\$ 19.632 em 31 de dezembro de 2013). Para fins de apresentação nas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos da conta de resultado (despesas financeiras), e apresentados como destinação do lucro. O montante creditado reduziu a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, o que proporcionou uma redução de carga tributária no montante de R\$ 8.041 (R\$ 7.853 em 31 de dezembro de 2013).

c) Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência
O patrimônio líquido ajustado e a margem de solvência estão assim apresentados em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	31/12/2014	31/12/2013
Patrimônio líquido	367.978	402.111
(-) Despesas antecipadas**	(14.787)	(14.839)
(-) Créditos Tributários decorrentes de prejuízos fiscais (vide nota nº 7)	(42.102)	-
(-) Ativo intangível - vide NE nº 12	(16.805)	(15.866)
(=) Patrimônio líquido ajustado (a)	294.284	371.406
20% dos prêmios retidos anual médio - últimos 12 meses	-	164.780
33% dos sinistros retidos anual médio - últimos 36 meses	-	136.136
Margem de solvência (b1)*	164.780	164.780
Capital base (b2)	15.000	15.000
Capital de risco de subscrição	157.446	156.802
Capital de risco de crédito	39.450	24.604
Benefício da correlação entre riscos	(16.461)	(10.965)
Capital risco operacional	4.920	5.086
Capital de Risco (c)	185.355	175.527
Capital mínimo requerido (d)**	185.355	175.527
Suficiência de PLA (e = a - d)	108.929	195.879
Suficiência de ativos garantidores - vide nota 6	52.608	-
20% do Capital mínimo requerido - CMR	37.071	-
(-) Liquidez em relação ao CMR	15.537	-

(*) Para apuração da margem de solvência, considera-se o maior valor entre 0,20 vezes do total da receita líquida de prêmios dos últimos 12 meses ou 0,33 vezes a média anual do total dos sinistros retidos dos últimos 36 meses. A partir de 2014, conforme Resolução CNSP 302/13, não se aplica mais esta apuração.

(**) Não são consideradas as despesas antecipadas de prêmio mínimo depósito, Resseguradoras locais e admitidas. (PMD R\$ 4.917)

(***) Em 2013:CMR = Max(b1, b2, c); em 2014: CMR Max(b2, c).

Mediante as análises efetuadas acima pela Companhia, o capital mínimo requerido em 31 de dezembro de 2014 e 2013, mostrou-se adequado ao valor exigido pela SUSEP.

d) Dividendos
Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a lei societária e o Estatuto Social da Companhia. Não foram propostos dividendos em função de que em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram distribuição de juros sobre o capital próprio que foi imputado ao valor do dividendo de que trata o artigo 202 da Lei 6.404/76, o qual foi distribuído e creditado a cada acionista da Companhia, na proporção de sua respectiva participação no capital social da Companhia, com as respectivas retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

Nesta mesma Assembleia, os acionistas deliberaram aumentar o capital da Companhia utilizando-se dos juros sobre o capital próprio, conforme mencionado na nota 16-a.

e) Reserva legal
Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. O saldo contabilizado em 31 de dezembro de 2014 é de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em milhares de reais)

120A(f)	Passivo (ativo) atuarial líquido	Seguro-Saúde		Seguro de Vida		Assistência Médica (9.656)		Total	
		31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
	Valor presente das obrigações no final do ano	1.364	1.768	48	178	-	2.187	1.412	4.133
	Valor justo dos ativos no final do ano	-	-	-	-	-	-	-	-
	Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	1.364	1.768	48	178	-	2.187	1.412	4.133
	Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano	<u>1.364</u>	<u>1.768</u>	<u>48</u>	<u>178</u>	<u>-</u>	<u>2.187</u>	<u>1.412</u>	<u>4.133</u>
	Outros resultados								
	120A(h) e (i) abrangentes								
	Reconhecimento inicial de obrigação (Ganho)/perda atuarial que surgiram no período	-	609	-	45	-	-	-	654
	Saldo acumulado de ORA no final do ano	-	609	-	45	-	2.187	-	2.841

Seguradora	Cobertura	Importância Segurada
Tokio Marine Seguros	Multirisco	47.936
Fairfax Brasil	Responsabilidade civil - geral	20.000
Allianz Seguros	Responsabilidade civil - facultativa (1º risco alto)	1.000
Zurich Minas Brasil Seguros	Responsabilidade civil - facultativa (2º risco alto)	1.000

e) Participação nos resultados
A Companhia mantém um programa de participação nos lucros para 100% dos colaboradores, homologado junto ao sindicato dos securitários com representantes parte empresa e parte empregados. No ano de 2014 a Companhia registrou no seu passivo um saldo de participação nos lucros no montante de R\$ 523, que será pago em 2015.

f) Medida Provisória nº 627
Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida Medida Provisória, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pagado os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2014.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013.

22) Eventos Subsequentes

Em 09 de janeiro de 2015, foi publicada a Circular SUSEP nº 508/15, que dispõe sobre alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais. A Companhia entende que este normativo não implicará impactos relevantes no patrimônio.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ACÁCIO ROSA DE QUEIROZ FILHO - Presidente

HERMAN GUILLERMO WEISS - Conselheiro

IVALDO VENTURINI - Conselheiro

DIRETORIA

IVALDO VENTURINI
Diretor-Presidente

SIDNEY GONÇALVES MUNHOZ
Diretor Vice-Presidente

LUIS RICARDO SOUZA DE ALMEIDA
Diretor

ELIZABETH KAVANAGH ALVES
Diretora

FERNANDO VALENTIM PRAZERES RIBEIRO
Diretor

DANILO OLIVEIRA
Contador - CRC 1SP279248/O-6

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Conselheiros e Diretores da

Chubb do Brasil Companhia de Seguros

São Paulo - SP

CNPJ: 33.170.085/0001-05

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Chubb do Brasil Companhia de Seguros, em 31 de dezembro de 2014, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Chubb do Brasil Companhia de Seguros é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção de acordo com os princípios atuariais gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da entidade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, e ao atendimento pela entidade auditada dos requerimentos de capital base e capital de risco conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da entidade auditada para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da entidade auditada.

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2014

Provisões Técnicas	Em R\$ Milhares
Provisão de Prêmios Não Ganhos	365.316
Provisão de Sinistros a Liquidar	262.084
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	87.298
Provisão de Despesas Relacionadas	15.307
Provisão Complementar de Cobertura	-
Total de Provisões Técnicas	730.005

Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas

Valores Redutores	Em R\$ Milhares
Direitos Creditórios	79.026
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	26.035
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PPNG	12.846
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PSL	18.593
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de IBNR	1.934
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PDR	2.977
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores de PCR	-
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores - Outros	-
Depósitos Judiciais Redutores	2.704
Provisões dos Consórcios DPVAT*	70.915
Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas	215.030

*Valores não auditados conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial.

Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido

Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	Em R\$ Milhares
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	294.284
Capital Base (b)	15.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	157.446
Capital de Risco - Crédito (d)	39.540
Capital de Risco - Operacional (e)	4.920
Redução por Correlação dos Riscos (f)	(16.461)
Capital de Risco (g) = (c)+(d)+(e)+(f)	185.355
Capital Mínimo Requerido (h) = Maior entre (b) e (g)	185.355
Suficiência do PLA (a) - (h)	108.929

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Chubb do Brasil Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2014 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Finalmente, manifestamos que consideramos adequada e suficiente a qualidade dos dados fornecidos pela Chubb do Brasil Companhia de Seguros que serviram de base para a elaboração de nossa auditoria atuarial independente.

Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015

Ricardo Pacheco

MIBA 2.679

EY Serviços Atuariais SS - CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da

Chubb do Brasil Companhia de Seguros

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Chubb do Brasil Companhia de Seguros ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e às respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias,

mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Chubb do Brasil Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros assuntos

Apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, examinamos também a demonstração dos respectivos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que foi reapresentada pelo método indireto, conforme divulgado na nota explicativa nº 2-1. Em nossa opinião esta demonstração está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2015



ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen

Contador CRC-1SP184050/O-6

**170 ANOS DE TRADIÇÃO,
COMPETÊNCIA E INOVAÇÃO.**

Honrar o passado é tradição. Trabalhar o presente é competência. Antecipar o futuro é inovação.
Reconhecer a importância de um parceiro é Chubb.

O diamante azul é um elemento que remete ao brilho, à solidez e à transparência. É tradicional, mas não envelhece.
É raro e distinto como a empresa, reconhecida por seu trabalho de excelência com seus parceiros e indivíduo.

Era uma vez uma seguradora que vive para cuidar de você até nos mínimos detalhes.
Uma história de trabalho e união não se escreve da noite para o dia.